



Relação das Auditorias Internas Realizadas pelo Controle Interno da Própria Unidade Gestora

RESOLUÇÃO TC Nº 23, de 25 de novembro de 2015, publicada no DOE do TCE-PE no dia 03/12/2015.

Disciplina a apresentação das prestações de contas anuais pelos titulares do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado de Pernambuco, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e pelos gestores dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta Estadual e demais unidades jurisdicionadas estaduais.

Anexo VIII – CONTEÚDO GERAL - GRUPO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS 9

Item 02 - Relação das auditorias internas realizadas pela unidade de controle interno da própria unidade jurisdicionada (ou da unidade supervisora), informando, no mínimo, o número da auditoria, o seu objeto e medidas adotadas para saneamento das irregularidades acaso encontradas.

Considerações iniciais

A Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), na publicação “Diretrizes para as normas de controle interno do setor público” esclarece que os auditores internos fornecem regularmente informação sobre o funcionamento do controle interno, transmitem informações sobre os pontos fortes e pontos fracos, além de recomendações para o aperfeiçoamento do controle interno.

O acompanhamento das recomendações, originárias das Auditorias Internas, Validação de Relatório de Gestão Fiscal e Revisão da Documentação de Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado foi iniciado em 2012, utilizando o sistema automatizado.

Após a finalização dos relatórios dos trabalhos, a gerência de controle interno (GECI) do Tribunal de Contas do Estado estabelece, em conjunto com os servidores responsáveis pelas áreas auditadas, um plano de ação contendo as ações, os responsáveis e os prazos previstos para a implementação das recomendações.

No exercício de 2013, as recomendações passaram a ser registradas no sistema CHANNEL, desta forma, o status de acompanhamento das recomendações passou a ser classificado da seguinte forma: a) concluída, b) em andamento, c) não iniciada, d) atrasado, e) cancelada. O monitoramento pode ocorrer por solicitação de informações ou por inspeção.

Neste relatório incluímos as seguintes Auditorias Internas realizadas em exercícios anteriores a 2015, no qual as ações foram implementadas em 2015 e as auditorias realizadas em 2015. Mantendo o padrão dos exercícios anteriores (2013, 2014), classificamos as seguintes situações das



recomendações:

- Concluída; quando as medidas de saneamento foram implementadas;
- Em andamento: quando as medidas estão sendo tomadas e estão dentro do prazo pactuado;
- A vencer: quando a ação não foi iniciada, porém está dentro do prazo e cronograma estabelecido;
- Em atraso: quando está em andamento, porém está fora do prazo;
- Vencida: não foi iniciada e está fora do prazo;
- Não realizado, quando a ação pactuada não será mais realizada.

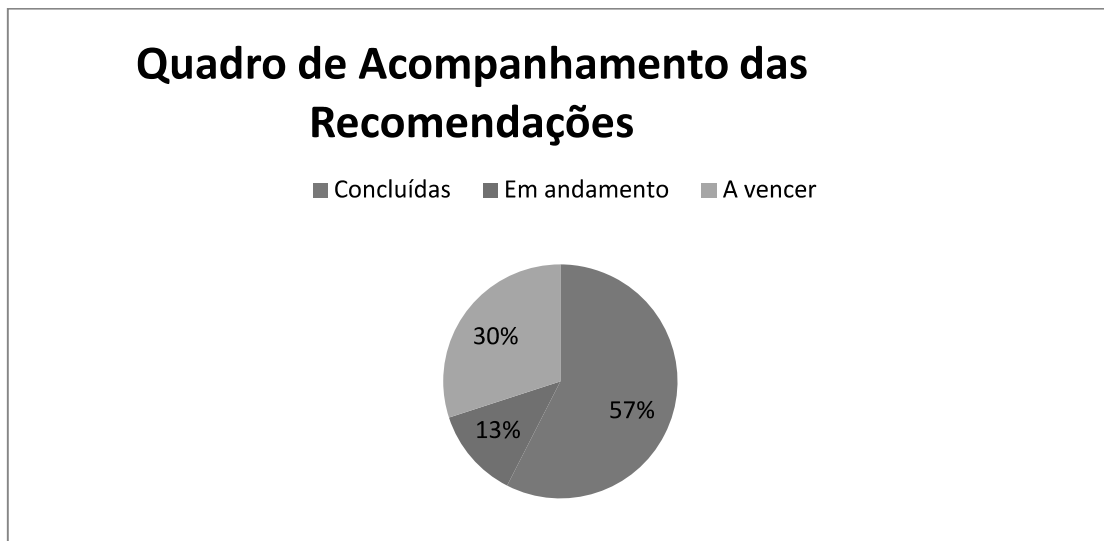
Segue em anexo a esta apresentação a Relação das Auditorias Internas, nos termos do Anexo VIII, item 02 da Resolução TCE nº 23/2015.

Acompanhamento

O controle do atendimento das recomendações emitidas pelo controle interno do TCE-PE tem como principal objetivo solucionar as deficiências que impactem na consecução da missão do TCE-PE. O levantamento foi realizado na última semana do mês de dezembro de 2015. Observamos que não foram identificadas ações classificadas como em atraso, vencidas ou não realizadas.

Em 2015, do total de 40 (quarenta) recomendações validadas com os setores responsáveis, 23 (vinte e três) foram concluídas, 05 (cinco) estão em andamento e 12 (doze) estão a vencer.

Figura – Situação das recomendações emitidas pelo controle interno em 2015



Os resultados apresentados representam um esforço em conjunto do Tribunal na busca do atendimento aos princípios gerais de toda instituição pública, que são a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; o cumprimento das obrigações de accountability; o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e a salvaguarda dos recursos para evitar perdas,



Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Diretoria de Gestão e Governança (DGG)
Gerência de Controle Interno (GECI)

mau uso e dano.

Recife, 22 de janeiro de 2016.

Eduardo José de Alencar
Gerente de Controle Interno - GECI

Maria Teresa Moura
Diretor de Gestão e Governança - DGG



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA TERESA SILVA DE MOURA
Acesse em: <https://e.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3f078b7c-d3ba-4450-a7b0-6ad5b2e9841d



ANEXO VIII – Item 02: Relação das auditorias realizadas pelo controle interno

Número	Objeto	Encaminhamentos	Responsável	Data expedição	Medidas Tomadas para Saneamento	Prazo	Situação da Recomendação
Auditoria Interna (AI) Controle de Acesso	Acessos dos Servidores do TCE	01. Implantação de controles de acesso nas Inspetorias Regionais.	Coordenadoria de Administração.	Agosto/2013	Instalação do controle de acesso.	Março/2015	Concluídas
RGF	3º Quadrimestre 2012 1º e 2º Quadrimestre de 2013	02. Atualização do Manual de Operação do Sistema de Folha de Pagamento	Departamento de Gestão de Pessoas – Divisão de Folha de	Março/2013	Atualizar manual operativo.	Dezembro/2016	Em andamento
AI	Diárias	03. Definição e implantar padrão de qualidade nas auditorias do TCE-PE.	Coordenadoria de Controle Externo	Maior/2012	Projeto de Modernização da Metodologia de Auditoria (Revisão do Manual de Organização)	Jan/2015	Concluída
AI	Teto Remuneratório	04. Incluir nos termos de cessão: a) Para jurisdicionados Cláusulas que assegurem a observância da Resolução TC nº 20/2013; b) Para não jurisdicionados, o envio mensal à DIFP as informações sobre o complemento salarial; c) Fazer constar nos instrumentos de cessão (novos e de renovação) a inclusão das cláusulas de controle do teto remuneratório, constantes do Acórdão TC nº 1192/2013; d) Antes da cessão de servidores que possuam acumulação legal de cargos, a verificação da compatibilidade de horário.	GPRE GLEG	Outubro/2014	Inclusão nos termos de cessão.	Março/2015	Concluída





AI01/2014	Controle dos Bens Móveis	05. Providenciar depósitos centralizados e adequados, em termos de segurança e ambiente físico, para os bens patrimoniais. E que estes depósitos sejam desvinculados em relação à oficina da CTI. 06. Atualizar o Manual de Patrimônio, CAD incorporando melhorias para aprimoramento. 07. Providenciar, junto à presidência do TCE, DIPA solução para a baixa dos bens não encontrados citados nos relatórios de inventário anual. 08. Elaborar e implementar rotina de CAD transferência de guarda de bens quando houver mudança de chefia. 09. Elaborar e implementar checklist das DIPA e para principais rotinas de patrimônio da DIPA e para os demais envolvidos. 10. Elaborar e implementar rotina de DIPA comunicação, conciliação e checagem de baixas patrimoniais e contábeis.	DIMO	Outubro/2014	Construção de novo depósito no imóvel adquirido à COMPESA.	Dezembro/2017	Em andamento
AI02/2014	Controle Bens Imóveis	11. Providenciar a regularização dos edifícios Nilo Coelho, Dom Helder Camara, e o recém-adquirido prédio da Compesa. (DIMO) 12. Efetuar a contratação e organização da documentação dos imóveis do TCE-PE. (DIMO)	DIMO	Out/2014	Atualização do Manual de Patrimônio. Portaria Inventário 2014 – 361/14 DOE 13/09. Atualização do Manual de Patrimônio Atualização do Manual de Patrimônio Check list DIPA Check list DIPA	Fevereiro/2015 Dezembro/2014 Fevereiro/2015 Abril/2015 Abril/2015	Concluído Concluído Concluído Concluído Concluído
AI03/2014	Aquisições de equipamentos e contratações de serviços de TI	13. Definição de quem realizará o fluxo de contratação de bens e serviços de TI. Com a definição, estabelecer um prazo para conclusão do fluxo, bem como a Definir o papel da DCOM na formação de preços da CTI. 14. Elaborar e aprovar com a alta administração o PDTI.	CTI	Dezembro/2014	Realizar a contratação, organização e digitalização da documentação dos imóveis do TCE-PE. Definir quem realizará o fluxo de contratação de TI. Elaborar e aprovar com a alta administração o PDTI.	Março/2015 Março/2016 Junho/2016	Concluída A vencer A vencer





RGF	3º Quadrimestre 2013 1º e 2º Quadrimestre de 2014	15. Análise das nomenclaturas dos códigos da folha de pagamento, para identificar aquelas que precisem de mais detalhamentos. 16. Realizar consulta ao gestor do SISTN – DICA Consulta, para verificar o porquê da não inclusão das informações do TCE-PE RGF 2º Quadrimestre não estarem disponíveis. 17. Retificação do RGF 2º Quadrimestre – Percentual de Comprometimento da RCL	GECI DICA DCF		Identificação dos códigos da folha de pagamento que precisam de detalhamento. Realizar consulta junto ao SISTN – Consulta	Junho/2015 Março/2015	Concluída Concluída
RPC 2014	Relatório Prestação de Contas de 2014	18. Aumento da Autonomia do e-fisco 19. Revisão do Relatório de Desempenho da Gestão	DCF GPL	Fev/2015	Realizar a retificação do RGF 2º Quadrimestre – Percentual de Comprometimento da RCL Realizar uma análise do problema da dependência do TCE-PE do gestor do sistema e-fisco, verificar as medidas que podem ser realizadas para resolver Incluir no Relatório de Desempenho da Gestão as seguintes informações: a) incluir notas explicativas e análise crítica dos indicadores; b) incluir nos indicadores comparativo com o exercício anterior; c) incluir informações sobre a atuação do TCE-PE (jurisdicionados, montante auditado, relevância dos trabalhos, complexidade, local de realização dos serviços, etc.)	Março/2015 Jan/2016 Jan/2016	Concluída Concluída Concluída
RGF	1º Quadrimestre 2015	20. Revisão do Programa de Auditoria do RGF 21. Revisão do Programa de Auditoria do RGF	GECI	Junho/2015	Incluir como ponto de auditoria no PA do RGF-Análise das receitas com impacto na elaboração do RGF Incluir como ponto de observação no Relatório de validação do RGF do TCE-PE, a partir 2º quadrimestre de 2015, o acompanhamento do SICONFI.	Out/2015 Out/2015	Concluída Concluída





AI01/2015	Auditoria de Conformidade Segurança da Informação		Maio/2015		Elaborar Termo Aditivo para prorrogação de cessão de servidor	Out/2015	Concluída
	22. Publicação dos normativos de SI.	CAD			Coordenar a publicação dos normativos que versam sobre: classificação da informação, tratamento das informações sigilosas, gestão de incidentes de SI e institui a equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais.	Dez/2015	Concluída
	24. Treinamento de SI para os integrantes da CAD.	CAD			Incluir treinamento de SI na grade para os integrantes da CAD. Incluir recomendações específicas quanto ao uso de ativos de informação fora TCE-PE.	Jun/2016	A vencer
	25. Treinamento de SI para os integrantes da CCE.	CCE			Incluir treinamento de SI na grade para os integrantes da CCE.	Mar/2016	A vencer
	26. Regulamentação do controle e monitoramento dos processos físicos do TCE-PE.	CORG			Regular o controle e monitoramento dos processos físicos, prevendo os casos de responsabilização.	Dez/2015	Concluída
	27. Projeto de Evolução do Ambiente Computacional.	CTI			Executar projeto Evolução do Ambiente Computacional, de forma a garantir a implementação da política de backup	Mar/2016	Em andamento
	28. Projeto de Melhoria da Segurança do Ambiente Computacional de 2015	CTI			Projeto Melhoria da Segurança do Ambiente Computacional para execução em 2015	Dez/2015	Concluída
	29. Projeto de Melhoria da Segurança do Ambiente Computacional de 2016	CTI			Projeto Melhoria da Segurança do Ambiente Computacional para execução em 2016	Dez/2016	A vencer





30. Normatização do gerenciamento de mídias removíveis.	CTI
31. Incluir no contrato TC nº 056/2013 (Contrato com a Google) o Termo de Sigilo para contratada.	CTI
32. Revisão dos contratos do TCE-PE com inclusão dos Termos de Sigilo para contratadas.	DAI
33. Operacionalizar os procedimentos para tratamento das informações sigilosas produzidas ou recebidas pelo TCE-PE.	DEP
34. Aquisição e instalação de fechaduras eletrônicas na sala dos servidores das IRs.	DIMO
35. Revisão projeto de atualização da proteção contra incêndio do edifício sede e todas as demais edificações do TCE-PE.	DIMO
36. Orientar os gerentes de projeto sobre a necessidade de identificar e registrar os riscos, em especial dos projetos estruturantes.	EPROJ
37. Campanha de conscientização da Política Corporativa de Segurança da Informação de 2016	DGG

Normatizar o gerenciamento de mídias removíveis, de acordo com um esquema de classificação da informação e providenciar a divulgação.	Dez/2016	A vencer
Providenciar aditivo ao contrato TC N° 056/2013, referenciando a Política de Privacidade do Google e incluindo o Termo de Sigilo para a contratada.	Nº Julho/2015	Concluído
Revisão dos contratos do TCE-PE para inclusão dos Termos de Sigilo para contratadas.	Dez/2016	A vencer
Operacionalizar os procedimentos para tratamento das informações sigilosas produzidas ou recebidas pelo TCE-PE.	Dez/2016	A vencer
Aquisição e instalação de fechaduras eletrônicas na sala dos servidores das IRs.	Jun/2016	Em andamento
Revisão projeto de atualização da proteção contra incêndio do edifício sede e todas as demais edificações do TCE-PE.	Jun/2016	Em andamento
Orientar os gerentes de projeto sobre a necessidade de identificar e registrar os riscos, em especial dos projetos estruturantes.	Dez/2016	A vencer
Planejar, executar e monitorar a campanha de conscientização da Política Corporativa de Segurança da Informação de 2016	Dez/2016	A vencer





Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Diretoria de Gestão e Governança (DGG)
Gerência de Controle Interno (GECI)

AI 02/2015	Formação de Preços para as Aquisições	38. Propor para a alta administração um projeto para implantação do SGSI no TCE-PE, incluindo o conteúdo mínimo sugerido pela ABNT NBR ISO/IEC 27003:2011	DGG		Propor e quando aprovado o projeto para implantação do SGSI no TCE-PE, executar e monitorar.	Dez/2016	A vencer
AI03/2015	Controles do Orçamento	39. Estruturação e formalização do Processo de Formação de Preços	DCOM		Elaboração de Normativo de Formalização de Preço	de Set/2016	A vencer
		40. Conclusão do Sistema para Planejamento, Execução e Acompanhamento compartilhado do Orçamento (PLANORC) com elaboração do manual.	DCF		Conclusão do PLANORC com elaboração do manual	com Dez/2016	Concluído

